

Comissão de Pregão I

DESPACHO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2022

Processo Licitatório nº: 2.390/2022

Processo de Impugnação nº: 14.439/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 096/2022

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição, sob demanda, de pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação.

IMPUGNANTE: CAMILA PAULA BERGAMO - CPF Nº: 090.926.489-90.

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela sra. **CAMILA PAULA BERGAMO**, com fulcro no artigo 41, § 1º da Lei n.º 8.666/1993, **tempestivamente**, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 096/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 016, de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que cria a Comissão de Pregão I, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

Comissão de Pregão I

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Em síntese, alega a Impugnante:

- **A EXIGÊNCIA DE DOT INFERIOR A 06 MESES SERIA ARBITRÁRIA**

A fixação do DOT inferior a 06 meses, como parâmetro editalício, seria arbitrária, não possuindo respaldo técnico-científico como garantidor de qualidade e durabilidade de pneumáticos.

Outrossim, seria, ainda, proibição velada à participação de produtos importados, impossibilitando os processos necessários para sua fabricação, negociação e importação em tempo hábil.

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer o provimento da presente Impugnação, de forma a considerar o demorado prazo de fabricação e importação, além da atual pandemia de COVID-19 e que seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, § 4º da Lei de Licitações.

IV. DO MÉRITO

Ante o exposto, submeto as razões da impugnante aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, na forma do que dispõe o item 29.2 do edital.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 14.439/2022

RUBRICA: *apm* FOLHA: *12*

Comissão de Pregão I

Informamos que a licitação em tela se encontra marcada para o dia 09 de junho de 2022 e, caso necessário, será suspensa Sine die, para melhor análise da impugnação interposta.

Nova Friburgo, 02 de junho de 2022.

LEONARDO GABRIG PEIXOTO

Pregoeiro - Comissão de Pregão II

Matricula: 206.934



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO: 14439/22

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

Nova Friburgo, 03 de junho de 2022

Para: Procuradoria

Prezados Senhores,

Cumprimentando-o cordialmente, de acordo com solicitação feita pela Sra. Camila Bergamo, insta esclarecer o que segue:

1. A Sra. Camila Bergamo alega que a fixação do DOT inferior a 06 meses, como parâmetro editalício, é arbitrária, não possuindo respaldo técnico-científico como garantidor de qualidade e durabilidade de pneumáticos.

Quanto a esta alegação a mesma não se sustenta, pois, essa exigência tem o fito de demonstrar a preocupação da municipalidade com o seus servidores e usuários de veículos oficiais, bem como pedestres e demais condutores de forma geral, que utilizarão direta ou indiretamente os insumos pretendidos no atual certame, evidenciando assim sua preocupação com o interesse público, não permitindo que o município faça a aquisição de pneus com a data de fabricação muito além data de entrega, visto que por vezes, em vista da necessidade de permanecerem em estoque da própria prefeitura, poderão ter seu prazo de garantia ultrapassado, configurando razão suficiente, inclusive, a obstar o pagamento de eventuais seguros, pois somos sabedores que, em caso de acidente, um dos itens avaliados pelas seguradoras é o tempo de vida do pneu utilizado no veículo.

Seria negligência da municipalidade colocar a vida de servidores municipais em risco somente por querer valorizar o princípio da economicidade.

A própria impugnante, em sua peça, referencia posicionamento da Associação Brasileira de Indústrias Pneumáticas, para quem *"Os pneus não têm prazo de validade e sim a*

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A**

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

garantia contratual oferecida pelos fabricantes, que normalmente é de cinco anos a partir da data da nota fiscal de compra do pneu ou da data de compra do veículo novo"
Então, cabe aos gestores municipais garantir que essa garantia não seja extrapolada, criando parâmetros mínimos, conforme exigido em nosso edital.

Entendemos que tal exigência é mais que necessária, garantindo a compra de pneus com maior qualidade tendo sido recém fabricados, do contrário, em caso do DOT ser de inferior a vinte e quatro meses, como requer a impugnante, a administração corre o risco de adquirir pneus de ponta de estoque, ou pneus que estejam estocados a certo tempo nas distribuidoras. É sabido que pneus estocados em condições irregulares, poderão sofrer danos e deformações, comprometendo a qualidade do bem, além de comprometer a segurança do usuário final, neste caso veículos como ambulâncias, que transportam pacientes de toda a rede municipal.

Importante ainda ressaltar, que os itens são de alto custo, outro motivador, que faz com que a administração municipal se cerque de cuidados, visando adquirir produtos com o maior tempo de vida útil possível.

Importante ressaltar que o tema em tela já fora debatido em diversos Tribunais de Controle Externo, sendo inclusive tal exigência pacificada nos mesmos.

Entre diversas manifestações exauridas sobre o tema, podemos destacar o posicionamento do Tribunal de Contas do Paraná:

"Segundo o TCE-PR, são válidas as exigências de certificação do Instituto Nacional de Meteorologia Qualidade e Tecnologia (Inmetro), obrigatória àqueles pneus produzidos no Brasil ou oriundos do exterior, para motocicletas, motonetas, ciclomotores, automóveis de passageiros e veículos comerciais; prazo de garantia de cinco anos, assegurando conforto, estabilidade e segurança; prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses no momento da entrega; certificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para atestar e efetivar a preservação do meio ambiente o desenvolvimento sustentável; e apresentação de informativo, catálogo, cartilha ou qualquer outro documento, em língua portuguesa,

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

*que demonstre especificações técnicas e instruções de uso do produto, privilegiando o direito à informação no processo licitatório*¹

O Tribunal Pleno da mesma Corte de Contas cita no Acórdão n. 4932/14 que:

"(...) Nesse sentido, a instrução da unidade técnica (Instrução n. 48/14, peça 28):

É mais vantajoso para o Município adquirir pneus com maior tempo de vida útil possível ainda mais quando um pneu possui um prazo de validade de 5 (cinco) anos.

Assim, não é vantajoso adquirir pneus com a data de validade próxima a ser expirada.

(...)

Deve-se levar em conta, ainda, que além do aspecto da vantajosidade (custo-benefício) e economicidade (pagar um produto que será de maior tempo possível de vida útil), a compra de pneus está relacionada com a segurança daqueles que utilizam dos veículos que terão pneus adquiridos.

Dai a razoabilidade em se estabelecer algum critério de data de fabricação com vista a que a compra seja mais vantajosa possível que o produto tenha maior tempo de vida útil possível.

A Corte de Contas Catarinense já emitiu parecer a cerca da questão, inclusive em representação aviada pela própria impugnante (Processo REP n. 19/00041267), da Relatoria do Conselheiro Cesar Filomeno, na qual em despacho restou consignado:

(...) Com efeito, em diversas oportunidades o Tribunal já se pronunciou favorável à cautelar, quando presentes mesmas exigências editalícias apontadas. Não obstante, em 12 de dezembro de 2018, o Tribunal de Pleno referendou a Decisão n. 1114/20182 desta relatoria [referindo-se ao Processo REP 18/00843302, do TCE/PR] que revogou medida cautelar concedida para sustar procedimento licitatório em que o edital trazia como exigência data e fabricação igual ou superior a 2018.

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

O fundamento adotado para a Decisão foi de que a imposição não violaria a competitividade, pois a data de fabricação dos pneus seria verificada somente quando da efetiva entrega, mitigando os efeitos da exigência.

Também foi utilizado como argumento para a revogação as razões do Acórdão 1045/2016 [referindo-se ao processo n. 1006662/14, do TCE/PR] do Tribunal de Contas do Paraná, onde restou assentado que a aquisição de pneus fabricados a menos tempo visa atender ao princípio licitatório da proposta mais vantajosa para a Administração.

Na oportunidade, o Tribunal de Contas do Paraná encaminhou recomendação a 52 municípios, para considerar válida a exigência de prazo de fabricação igual ou inferior a seis meses [<http://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2016/3/pdf/00290344.pdf>].

De fato, quanto menor o tempo de fabricação, menos tempo o produto ficou estocado ou submetido a questões climáticas, o que, em tese, confere-se maior qualidade e vida útil.

Fundamental esclarecer, que o tratamento isonômico a que se presta a licitação tem por objetivo assegurar a proposta mais adequada, com maior vantajosidade à Administração, e por consequência, à coletividade, e não atender a interesses particulares e um ou outro licitante. (grifo nosso)

Esclarecemos ainda que a exigência editalícia, encontra amparo na Lei de Licitações e Contratos, a qual dispõe em seu art. 15, I, *in verbis*:

Art. 15 As compras, sempre que possível, deverão:

I – atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas. (grifo nosso).

Nesta mesma esteira a Corte de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (Processos n. 024321-0200/21-5) e o Ministério Público de Contas (Parecer MPC n. 14474/2021)

1. <http://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-faz-recomendacoes-sobre-compras-de-pneus-a-52-municipios/3957/n>



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados

também já se manifestaram favoráveis quanto a exigência do DOT não superior a seis meses.

Mais precisamente o MPC diz:

(...) mantendo-se unicamente a exigência de data de fabricação (DOT) não superior a seis meses, a qual os Órgãos Técnicos entenderam como regular e de acordo com o interesse público (grifo nosso).

Bem, após toda fundamentação apresentada, inclusive com jurisprudência jurídica e técnica, entendemos por negar o pedido da impugnante, reafirmando que a mesma, vem tentando, sem êxito, impugnar editais em outras entidades e órgãos da união.

Sem mais para o momento, acreditamos terem sido elucidadas todas as questões, interpostas pela impugnante, encaminhamos os autos para prosseguimento, nos colocando a disposição para futuros esclarecimentos.

Atenciosamente,

Alan F. Correa
Subsecretário de Manutenção
de Veículos Leves e Pesados
Mat. 105.871



Processo: 4439/2022

Requerente: Camila Paula Bergamo

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 096 de 2022 - Processo Licitatório n. 2390/2022

Ao Ilmo. Sr. Subprocurador de Processos Administrativos;

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 02/06/2022 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 096 de 2022 - Processo Licitatório n. 2390/2022, que tem por objeto licitar a melhor proposta para aquisição, via sistema de registro de preços, de pneus para atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Logística e Secretaria de Educação.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 06 de junho de 2022.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação a existência de restrição no certame com relação a exigência na descrição dos itens de pneus com DOT inferior a 06 (seis) meses, requerendo o acolhimento da impugnação para alterar tal prazo para 24 (vinte e quatro) meses.

A Comissão de Pregão I, em manifestação de fls. 10/12, recebeu a impugnação, afirmando estarem preenchidos os pressupostos de admissibilidade e, no mérito, encaminhou o procedimento à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados para manifestação do setor técnico, na forma do item 29.2 do edital.

Em resposta anexada às fls. 13/17, a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados não acolheu a impugnação apresentada, afirmando que o tema já foi debatido em diversos Tribunais de Controle Externo, sendo pacífico o entendimento acerca da validade da exigência de prazo de fabricação igual ou inferior a 06 (seis) meses, reproduzindo, inclusive, trecho do parecer emitido pelo TCE/PR em sede de representação da própria impugnante, bem como acórdãos do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul e Ministério Público de Contas no sentido de ser regular e de acordo com o interesse público a exigência de data de fabricação (DOT) não superior a 06 (seis) meses. Afirma, ainda, que a impugnante vem tentando, sem êxito, impugnar editais em outras entidades e órgãos da União.

Por fim, o procedimento foi encaminhado a esta Procuradoria-Geral para manifestação.

É o relatório.

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 02/06/2022 é tempestiva, em conformidade com o item 29.1 do edital e art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está marcada para 09/06/2022.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Inicialmente, verifica-se que **não foi impugnado qualquer aspecto legal ou jurídico referente ao edital licitatório**, mas tão somente quanto às exigências técnicas referentes ao objeto do certame

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis



que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto lícitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser lícitado, cabe à Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados sua análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Além disso, conforme previsto nos itens 29.2 e 29.3 do edital, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto lícitado.

Verifica-se que a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados, às fls. 13/17, não acolheu a impugnação pelos fundamentos lá apresentados, inclusive com a transcrição de vários julgados dos tribunais de contas, no sentido da validade da exigência diante da razoabilidade em estabelecer critério de data de fabricação a fim de que a compra seja mais vantajosa possível, para que o produto tenha maior tempo de vida útil possível.

Portanto, tendo sido apresentados os esclarecimentos técnicos e justificativa fundamentada quanto ao objeto impugnado, não cabe a esta assessoria qualquer análise, sendo certo que a assessoria jurídica não tem expertise para analisar qual prazo de fabricação dos pneus é necessário ao atendimento das demandas da Administração Municipal.

Pelo exposto, opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão I para ciência da decisão exarada pela Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados e prosseguimento do certame.

Ressalte-se que o exame desta assessoria jurídica se dá tão somente quanto à legalidade, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, nem questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 07 de junho de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773


João Paulo Figueiredo
PROCURADOR GERAL
PMNF-MATR: 63030